



ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE PRIORIZAÇÃO  
DO 1º GRAU

**Data: 03/03/2015**

Local: Sala 506-B – Prédio-Sede TRT4

Presenças: Desembargador Francisco Rossal de Araújo, Juízes do Trabalho Ricardo Fioreze, Andrea Saint Pastous Nocchi, Marcelo Bergmann Hentschke e Gustavo Fontoura Vieira (representante da AMATRA IV) e os servidores José Américo Ilha de Quadros, Gabriel Pacheco dos Santos e Carolina da Silva Ferreira

Secretária: Tatiana Duarte Pina (AGE)

**Pauta: aprimoramento do conteúdo de atuação do Comitê e cronograma de trabalho.**

Coordenação da reunião: Desembargador Francisco Rossal de Araújo

Hora de início: 14h

Hora de término: 16h

Previamente à reunião, os integrantes do Comitê receberam os seguintes materiais: manifestação formulada pela AMATRA IV sobre as linhas de atuação da Resolução 194 do CNJ e suas propostas de ações; documento elaborado pela Assessoria de Gestão Estratégica, na qual constam as linhas de atuação da Resolução 194 e os projetos e ações estratégicas institucionais relacionadas e atas das reuniões anteriores.

Aos três dias do mês de março de 2015, às 14 horas, na sala 506-B do Prédio-Sede do TRT4, realizou-se reunião do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição. Estiveram presentes o Desembargador Francisco Rossal de Araújo; os Juízes do Trabalho Ricardo Fioreze, Andrea Saint Pastous Nocchi, Marcelo Bergmann Hentschke e Gustavo Fontoura Vieira; e os servidores José Américo Ilha de Quadros, Gabriel Pacheco dos Santos e Carolina da Silva Ferreira. Ausente o servidor Ruy Bittencourt de Almeida Neto. A reunião foi coordenada pelo Desembargador Francisco Rossal de Araújo, conforme relato que segue. Inicialmente, o Des. Rossal manifestou ainda não ter sido formalmente comunicado

a respeito do pedido de renúncia do Excelentíssimo Desembargador Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa à vaga de suplente de magistrado eleito pelo Tribunal Pleno, conforme artigo 5º da Resolução 194 do CNJ. Dr. Fioreze disse que a intenção da Presidência é submeter a questão da escolha do novo integrante do Comitê à decisão do Tribunal Pleno, que deverá ocorrer no dia 16 de março. Na sequência, o Des. Rossal sugeriu como itens da pauta a continuação do aprimoramento do conteúdo de atuação do Comitê e a definição do cronograma de trabalho. Afirmou ser necessário ouvir Juízes e servidores que atuam no Primeiro Grau e elaborar um documento que contenha as propostas do Comitê e a descrição do trabalho desenvolvido, para apresentação à Administração do Tribunal. Propôs que essa tarefa seja concluída até o final do mês de junho. Dr. Marcelo disse que antes desse prazo algumas ações já podem ser iniciadas, uma vez que existem demandas que já são de conhecimento geral, não sendo necessário ouvir Juízes e servidores para atuar em relação a esses temas. Citou como exemplo o pedido recorrente de Juízes e servidores na alteração do horário de atendimento ao público nas unidades judiciárias, face à implementação do PJe-JT, além da demanda do segundo secretário especializado de Juiz, já definida como prioritária na reunião anterior. Novamente defendeu a proposta de criação, por via legislativa, de gabinetes de Juizes que atuam no primeiro grau, com a criação de cargos e funções comissionadas próprios, a exemplo do que acontece no segundo grau, nos gabinetes de Desembargadores. Manifestou ser necessária a implementação imediata do cargo de segundo secretário especializado de Juiz nas unidades judiciárias com maior movimentação processual, não sendo necessário aguardar o estudo sobre o tema em elaboração pela AMATRA IV. Por fim, salientou a importância da definição do cronograma de visitas nas unidades judiciárias da capital e do interior do Estado para ouvir as demandas de Juízes e servidores. Dr. Fioreze sugeriu aguardar a conclusão do estudo em elaboração pela AMATRA IV para tratar da questão. Sobre o tema, Dr. Gustavo disse ser emergencial a implementação do cargo. Dra. Andrea Nocchi também concordou que algumas demandas já são de conhecimento geral e podem ser objeto de atuação imediata pelo Comitê. Citou como exemplo a demanda para alteração no horário de atendimento ao público, mas ponderou levar o assunto previamente à Administração, dada a possibilidade de veto. Em relação ao horário de atendimento, o Des. Rossal disse que se trata de questão prioritária para atuação do Comitê, o

que contou com a concordância dos demais, defendendo que o primeiro argumento para qualquer proposta de alteração no horário seja estatístico, ou seja, por meio de levantamento de dados que permitam apontar os horários de maior demanda. Sobre o procedimento, Carolina propôs eleger algumas unidades judiciárias da capital e interior do Estado e fixar o período de 09 a 20 de março para a coleta de dados, o que contou com a concordância dos presentes. Os integrantes do Comitê decidiram, após debates, escolher a 15ª, 26ª e 27ª Varas do Trabalho de Porto Alegre, a 1ª Vara do Trabalho de Santa Maria, a 2ª Vara do Trabalho de Pelotas e a 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul. Serão coletadas informações sobre o público atendido, o objeto do atendimento, separados por faixas de horário. Também foi decidido solicitar à Secretaria de Tecnologia da Informação levantamento de dados sobre a quantidade de cargas realizadas a advogados nas Varas do Trabalho selecionadas.

**A Assessoria de Gestão Estratégica ficou incumbida de operacionalizar o procedimento e compilar os dados para apresentação oportuna ao Comitê.** Dando continuidade à reunião, o Des. Rossal sugeriu que além da demanda do segundo secretário especializado de Juiz e horário de atendimento ao público, a questão orçamentária também seja definida como prioridade de atuação, mediante o acompanhamento na elaboração da proposta orçamentária do ano que vem, de modo que atenda à Resolução 195 do CNJ. Sugeriu também que o Comitê acompanhe o trabalho da Comissão de Informática, com o objetivo de atender à linha de atuação IV da Resolução 194, qual seja: prover infraestrutura e tecnologia apropriadas ao funcionamento dos serviços judiciários. Os demais integrantes concordaram com as ações propostas. **O Des. Rossal disse ser necessária a divulgação dessas ações.** Dr. Fioreze disse ter informações de que a próxima reunião da Comissão de Informática ocorrerá no próximo dia cinco de março, e ficou decidido que o Exmo. Juiz Marcelo Bergmann representará o Comitê na reunião. Ainda sobre a definição de ações prioritárias para atuação do Comitê, o Des. Rossal retomou sua opinião na necessidade de que o Tribunal mude a atuação em relação a demandas coletivas, afirmando ser necessário ultrapassar a visão do direito coletivo tradicional, pensando na atuação da Instituição em danos massivos e demandas “metaindividuais”. Citou a Lei nº 13.015/2014, dizendo que a preocupação inicial foram as alterações sobre o processamento do recurso de revista, mas que a questão da repercussão geral deve ser regulamentada, pois influencia toda a atuação jurisdicional, não se restringindo ao segundo. Em relação ao tema, o Dr.

Fioreze relatou que um dos projetos estratégicos integrantes do novo Plano Estratégico Institucional em processo de aprovação é a criação de um núcleo de informações sobre os grandes litigantes e as demandas repetitivas. Carolina relatou resumidamente como será esse projeto e informou que algumas ações já foram iniciadas. Dando sequência à reunião, a Dra. Andrea Nocchi sugeriu a atuação do Comitê na demora na reposição de servidores em função da alta rotatividade entre os diversos setores do Tribunal, além da reposição nos casos de licenças para tratamento de saúde de longa duração e licenças-maternidade. Os integrantes concordaram com a sugestão, tendo sido demandado à AGE o levantamento de informações sobre as normas e os critérios para a lotação inicial de novos servidores, além das relativas à remoção de servidores ativos do quadro. Além disso, deverá ser apurada a quantidade atual de servidores atuantes no primeiro grau que se encontram em licença para tratamento de saúde ou em licença-maternidade. A partir dos dados obtidos, o Comitê elaborará estudos para, se for o caso, propor ações ou modificações que visem à redução do tempo de reposição de servidores, fator que prejudica o bom andamento do trabalho nas unidades judiciárias. Dr. Fioreze ressaltou a iminente realização de concurso para servidores, sendo necessária, se objeto de deliberação pelo Comitê, a alteração do regramento para o próximo edital. Dr. Marcelo Bergmann lembrou a demanda da Presidência de elaboração de estudo sobre o quadro atual de servidores do TRT4 cedidos a outros órgãos públicos. Dr. Gustavo Vieira manifestou o posicionamento da AMATRA IV no sentido de ser ação prioritária do Comitê estudos e alterações no regime de lotação de Juízes. Dr. Rossal disse que o tema já foi objeto de debate, tendo sido informado pela Dra. Andrea Nocchi a existência de estudo na Corregedoria sobre o tema, já submetido ao Órgão Especial. Dr. Rossal sugeriu que o Comitê acompanhe o assunto. O servidor José Américo voltou a defender que a questão da saúde dos servidores que trabalham com o PJe-JT também seja ação prioritária do Comitê, tendo sido respondido por Carolina que o estudo dos impactos do PJe-JT sobre a saúde dos Magistrados e servidores é um dos projetos estratégicos prioritários do novo Plano Estratégico Institucional. Os presentes deliberaram elencar ambos assuntos como prioritários para atuação do Comitê. Para o encerramento da reunião, o Des. Rossal elencou as ações prioritárias definidas na reunião e as tarefas decorrentes, conforme relatado a seguir:

- implementação do cargo de segundo secretário especializado de Juiz: Dr. Gustavo irá buscar informação sobre a data prevista para a conclusão do estudo em elaboração pela AMATRA IV;
- alteração no horário de atendimento: a pesquisa será realizada no período de 09 a 20 de março. Carolina ficou com a tarefa de contatar os diretores de secretarias e comunicar a realização da pesquisa;
- acompanhamento do trabalho desenvolvido pela Comissão de Informática: Dr. Marcelo Bergmann irá representar o Comitê na próxima reunião, cuja data será confirmada e informada pela AGE;
- atuação do Tribunal nas demandas coletivas: o tema ficou adiado para que o Comitê possa elaborar estudo e pensar em uma proposta concreta;
- rotatividade de servidores e servidores em licenças prolongadas: a AGE ficou incumbida da tarefa de levantar as informações solicitadas pelo Comitê aos setores competentes para posterior análise;
- impacto do PJe-JT na saúde dos Magistrados e servidores: a atuação do Comitê deve estar alinhada à implementação do projeto. É necessário aguardar a aprovação do novo Plano Estratégico Institucional.
- regime de lotação de Juízes: Dra. Andrea Nocchi encaminhará aos integrantes do Comitê o estudo sobre o tema elaborado pela Corregedoria e submetido ao Órgão Especial.

Por fim, o Des. Rossal ressaltou a necessidade da elaboração do cronograma de visitas do Comitê às unidades da Capital e do Interior para aproximar Juízes e servidores do Comitê. Solicitou a divulgação da reunião, o envio de comunicação aos colegas sobre as deliberações do Comitê e a solicitação de criação de caixa de e-mail própria do Comitê, com o objetivo de facilitar a identificação das comunicações, bem como facilitar o compartilhamento de materiais. **A próxima reunião do Comitê ficou agendada para o dia 16 de março, às 17h, na sala 506-B do Prédio-Sede.** O Dr. Ricardo Fioreze desde já informou a impossibilidade de comparecimento. Reunião encerrada às 16h.